

André de Paiva Toledo

DIREITO INTERNACIONAL & BIOPIRATARIA



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Os autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini
Nathália Torres
(Imagem por John Seller via flickr)

Diagramação
Enzo Zaquie Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

TOLEDO, André de Paiva.

Direito internacional e biopirataria. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido,
2019.

478 p.

ISBN: 978-85-60519-93-4

1. Direito. 2. Direito Internacional. I. Título.

CDD341.1/342.3

CDU341

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

<i>Lista de abreviações</i>	19
<i>Prefácio à tese</i>	23
<i>Préface</i>	25
<i>Présentation de la thèse devant le jury</i>	27
<i>Introdução</i>	33

Parte I - A antítese

<i>1. Natureza e materialidades</i>	51
1.1. Os recursos biológicos.....	51
1.2. O patrimônio comum da humanidade.....	57
1.3. O bem econômico natural.....	69
<i>2. Soberania territorial sobre a natureza</i>	83
2.1. A globalização e o território.....	83
2.2. A soberania sobre os recursos naturais.....	94
2.3. Os direitos soberanos marítimos.....	107
<i>3. Estado e atividades de pesca</i>	123
3.1. Os regimes de captura.....	123
3.2. A internacionalização do alto mar.....	137
3.3. A responsabilidade internacional em alto mar.....	148
3.4. A responsabilidade do Estado.....	155

4. Transferências transfronteiriças artificiais	163
4.1. O comércio internacional da água	163
4.2. As utilizações novas dos cursos d'água internacionais	169
4.3. Intervenções sobre os cursos d'água	175
4.4. A pesca nos cursos d'água internacionais	181
5. Utilizações artificiais qualitativas e quantitativas	189
5.1. A poluição	189
5.2. A sobre-exploração	197

Parte II - A síntese

6. As quotas como garantia de equidade	209
6.1. O sistema de quotas	209
6.2. A utilização sustentável	219
6.3. As quotas de sustentabilidade	231
6.4. A gestão das quotas	241
7. Prática da cooperação internacional	253
7.1. Os estudos de impacto ambiental	253
7.2. A comunicação	263
7.3. A notificação	271
7.4. A consulta e a negociação	283
7.5. O acordo	299
8. Consentimento para o acesso às quotas	315
8.1. A pesquisa científica	315
8.2. O remanescente	329
8.3. A diversidade biológica	338
8.4. A solução de controvérsias e a exclusão de ilicitude	345
9. Jurisprudência	357
9.1. O projeto de Gabčíkovo-Nagymaros	357
9.2. O lago Lanoux	373
9.3. A caça à baleia	383
9.4. A pesca do atum azul do sul	391

10. Biopirataria, fato internacionalmente ilícito	397
10.1. O fato ilícito	397
10.2. A biopirataria	411
Conclusão	429
Referências	453
Anexos	471
Tratados internacionais	471
Jurisprudência	476